

ACÓRDÃO - TRT 17ª Região - 00911.2006.009.17.00.5

RECURSO ORDINÁRIO

ACÓRDÃO - TRT 17ª Região - 00911.2006.009.17.00.5
RECURSO ORDINÁRIO

Recorrente:

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE
SANEAMENTO - CESAN

Recorrido:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Origem:

9.ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES

Relator:

JUIZ LINO FARIA PETELINKAR

Revisor:

JUIZ CLAUDIO ARMANDO COUCE DE
MENEZES

EMENTA

DANO MORAL COLETIVO. VIOLAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO. Para a caracterização do dano moral coletivo, não é imprescindível que haja o efetivo dano à vida, à saúde ou à integridade física dos trabalhadores, basta que se verifique o desrespeito às normas trabalhistas de medicina e segurança do trabalho e o descuido das condições e serviços de higiene, saúde e segurança que integram o meio ambiente de trabalho. A obrigação primeira do empregador em relação aos seus empregados é assegurar um ambiente de trabalho sadio rodeado de segurança e higiene, devendo cumprir, para tanto, as normas de medicina e segurança do trabalho e, não o fazendo, comete ato ilícito passível de reparação. Logo, tendo a ré, ao infringir normas de ordem pública que regem a saúde, segurança, higiene e meio-ambiente do trabalho, violado direito transindividual de ordem coletiva, devida a indenização pelo dano moral coletivo, restando comprovada a correlação entre a conduta antijurídica da empresa demandada e a ocorrência de dano em potencial, que poderá gerar dano a toda uma coletividade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de RECURSO

ORDINÁRIO, sendo partes as acima citadas.

1. 1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso ordinário apresentado pela reclamada às fls. 570/620 em face da sentença de fls. 538/566, da lavra do Exmº Juiz Geovany Cardoso Jeveaux, da MM 9ª Vara do Trabalho de Vitória, que julgou parcialmente procedente a reclamação trabalhista.

Contra-razões às fls. 643/671, sobem os autos a este Tribunal.

Parecer do d. Ministério Público do Trabalho da lavra do Procurador Carlos Henrique Bezerra Leite às fls. 676 reportando-se às contra-razões e oficiando pelo prosseguimento do feito.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário da reclamada, bem como das respectivas contra-razões, eis que presentes os pressupostos legais de admissibilidade.

2.2. PRELIMINARES

2.2.1. DA INCOMPETÊNCIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA TRABALHISTA

Aduz a recorrente que a competência originária do juízo de primeiro grau fixada pela Lei 7.347/85 não se aplica ao processo do trabalho que possui regra específica.

Alusivamente às ações civis públicas, entende a recorrente que a competência para a sua análise e julgamento é do Tribunal Regional ? por sua natureza coletiva de defesa de interesses difusos ou coletivos ? como realçam os arts. 678, I, alínea ?a? e art. 679 da CLT.

Sustenta, outrossim, que, como alegado na peça de ingresso, o provimento jurisdicional alcançará uma generalidade indeterminada de trabalhadores e até pessoas que não trabalham para a ré, restando, pois, no seu entender, inequívoco que a ação civil pública, por proteger interesses difusos, tem natureza coletiva e, portanto, no processo do trabalho, a competência originária para conhecer da matéria é do Tribunal.

Pugna, assim, pela anulação do julgamento, com determinação de remessa ao foro competente para o devido julgamento.

Razão, entretanto, não lhe assiste.

Já se pacificou jurisprudência trabalhista no sentido de que a competência funcional originária para conhecer de Ação Civil Pública é, ordinariamente, do Juízo de Primeiro Grau.

Acerca da questão o C. TST, no Nº TST-ACP-92.867/93.1, DJ. de 22/11/2002, em que foi Relator o Ministro João Oreste Dalazen, já deixou assentado que, verbis:

? A primeira vista, podem-se divisar motivos para uma certa analogia entre a ação civil pública "trabalhista" e o dissídio coletivo de conteúdo econômico, de tal modo que, ao menos em alguns casos, parecerá mais consentâneo com a natureza e finalidade daquela ação especial reputá-la da competência privativa dos Tribunais do Trabalho, máxime do Tribunal Superior do Trabalho, nos mesmos casos em que são competentes para julgar os dissídios coletivos (CLT, art. 678, I, a, e art. 2º, I, a, da Lei nº 7.701, de 21.12.88). Aparentemente, um cotejo entre os dois institutos revelaria que militam em prol desse raciocínio os seguintes argumentos: a) a circunstância de ambos envolverem interesses coletivos; b) o fato de o provimento jurisdicional consistir em obrigação de fazer, ou de não fazer; c) a existência de empresas de âmbito nacional, ou de categorias com base territorial superior à área geográfica de exercício da jurisdição pelos Tribunais Regionais do Trabalho; d) o receio de decisões discrepantes emanadas de distintos juízos de primeiro grau de jurisdição, defrontando-se com a mesma matéria.

O quadro assim desenhado, em princípio, sugeriria que a ação civil pública "trabalhista" devesse ser regida, por analogia, pelas normas que regulam a competência funcional dos Tribunais do Trabalho para o dissídio coletivo. A acenada dialética, no entanto, revela-se equivocada, data venia.

Impende realçar, por primeiro, que a ação civil pública "trabalhista", em que pese pressuponha a defesa de interesses coletivos e/ou difusos, não exprime propriamente um dissídio coletivo, na acepção corrente em direito e processo do trabalho.

Trata-se, a rigor, de uma figura híbrida, com características do dissídio individual e do dissídio coletivo. Identifica-se com este no que supõe uma pluralidade indeterminada de sujeitos em

conflito. Todavia, no ordenamento jurídico brasileiro, aparta-se do dissídio coletivo e afina-se com o dissídio individual no que tange ao objeto.

Sob tal enfoque, como se sabe, o dissídio coletivo traduz-se na criação de normas e condições de trabalho, através do exercício do chamado poder normativo da Justiça do Trabalho, enquanto o dissídio individual visa à aplicação da norma jurídica preexistente.

Ora, é insofismável que o escopo da ação civil pública não é a criação de novas normas jurídicas, mas a observância das que já existem, presumivelmente descumpridas. Logo, por mais irônico e paradoxal que se mostre, a ação civil pública não é a criação de novas normas jurídicas, mas a observância das que já existem, presumivelmente descumpridas. Logo, por mais irônico e paradoxal que se mostre, a ação civil pública "trabalhista" assemelha-se mais a um dissídio individual plúrimo que a um dissídio coletivo.

Não impressiona também a possibilidade, similar ao dissídio coletivo, de consistir em obrigação de fazer, ou de não fazer, o comando emergente da sentença que dirime o litígio na ação civil pública.

A um, porque a imposição de prestação dessa natureza não é peculiaridade do dissídio coletivo: também se dá no dissídio individual (ordem de reintegração, declaração de estabilidade no emprego, etc.).

A dois, porque, na ação civil pública, a condenação também pode ter por objeto a condenação em dinheiro, quer exteriorizando-se na responsabilização por danos causados, quer em multa (arts. 1º e 3º, da Lei nº 7.347/85).

Insta ter presente também que a Lei Complementar nº 75/93, como visto, deferiu ao Ministério Público do Trabalho a titularidade para a ação civil pública "junto aos órgãos da Justiça do Trabalho" (art. 83, caput e inc. III), o que indubitavelmente também sinaliza que não é apenas um dos seus órgãos o competente para equacioná-la: em tese, a causa pode percorrer os órgãos dos seus três graus de jurisdição, o que, aliás, vem sendo admitido na jurisprudência do TST, cujas Turmas, de uns tempos a esta parte, têm julgado recurso de revista interposto em ação civil pública. Ora, se se cuidasse de causa da competência originária de Tribunal do Trabalho, naturalmente seria cabível outro

recurso e destinado a outro órgão do TST: recurso ordinário (CLT, art. 895, " b"), da competência funcional da Eg. SDI (Lei 7.701/88, art. 3º, III, " a").

Não menos relevante igualmente em prol do reconhecimento da competência funcional das Varas do Trabalho é o argumento de que, em se tratando de competência funcional das Varas do Trabalho é o argumento de que, em se tratando de competência funcional ou hierárquica e, portanto, absoluta (ditada pelo interesse público), cumpre à lei fixá-la expressamente, o que não ocorre com a ação especial em apreço. Em semelhante circunstância, reputo tecnicamente insustentável a invocação da analogia, ou de interpretação extensiva, para erigir a ação civil pública trabalhista em causa de competência originária de Tribunal do Trabalho.

Oportuno aqui o escólio de RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO, em artigo doutrinário (Revista dos Tribunais nº 732, outubro de 1996, p. 32):

"Como se vê, a exegese conducente a atrair a ação civil pública trabalhista para a competência originária dos Tribunais Laborais parece apresentar o risco de uma petição de princípio, na medida em que parte de uma premissa afirmada semelhança entre essa ação e o dissídio coletivo que, sobre não restar suficientemente demonstrada, traz um inconveniente adicional, qual seja o de permitir a criação de uma hipótese de competência hierárquica/funcional (portanto, absoluta), por meio de extensão analógica, quando parece certo que, tratando-se de questão processual de ordem pública, tal competência só poderia derivar de lei (processual, ou, ao menos de organização judiciária)."

Impende considerar, de outro lado, que se o processo do trabalho, neste passo, é caudatário do processo civil, não se pode mutilar o instituto ao transplantá-lo para o âmbito do processo trabalhista, ignorando a disciplina da competência funcional inscrita especificamente na Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90, art. 93), que se lhe aplica subsidiariamente (art. 21). Ora, no cível, por isso mesmo, sabidamente é consensual que a ação civil pública toca sempre à competência funcional do juízo de primeiro grau de jurisdição. Assim, não se atina o porquê de a Justiça do Trabalho, neste passo, é caudatário do processo civil, não se pode mutilar o instituto ao transplantá-lo para o

âmbito do processo trabalhista, ignorando a disciplina da competência funcional inscrita especificamente na Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90, art. 93), que se lhe aplica subsidiariamente (art. 21). Ora, no cível, por isso mesmo, sabidamente é consensual que a ação civil pública toca sempre à competência funcional do juízo de primeiro grau de jurisdição. Assim, não se atina o porquê de a Justiça do Trabalho enveredar por solução diferente, a pretexto equivocado de semelhança com o dissídio coletivo, quando no cível a virtual amplitude nacional da decisão proferida na ação civil pública não desloca jamais a causa para a competência originária do Superior Tribunal de Justiça, tampouco lesão de nível estadual desloca a causa analogamente para a competência originária de um Tribunal de Justiça.

Mas eis que sobreveio a Lei nº 9.494, de 10.09.97, resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.570, de 22.07.97, que passou a emprestar a seguinte redação ao art. 16, da Lei nº 7.347/85 (LAP):

"Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova."

É interessante cotejar o preceito em tela com a redação antiga do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública, que preceituava:

"Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova."

Percebe-se, pois, que desde a edição da Medida Provisória nº 1.570, convertida na Lei nº 9.494, a inovação está em que se acrescentou à aludida norma que o efeito erga omnes da sentença civil estaria compreendido "nos limites da competência territorial do órgão julgador".

Dir-se-á que ao vincular a coisa julgada aos limites da competência territorial do órgão prolator, a lei igualmente delimitou a competência funcional dos órgãos jurisdicionais de conformidade com a abrangência da lei. Dir-se-á que ao vincular a coisa julgada aos limites da competência territorial do órgão

prolator, a lei igualmente delimitou a competência funcional dos órgãos jurisdicionais de conformidade com a abrangência da lesão: desde que local, competente seria a Vara do Trabalho; se a abrangência da lesão for regional, a competência originária seria, então, de Tribunal Regional do Trabalho; se, por fim, o dano afeta a mais de uma Região, fixar-se-ia a competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho.

Em meu entender, todavia, o artigo 16 não permite semelhante exegese no tocante à disciplina da competência funcional para a ação civil pública.

Penso que a inovação em apreço, em notável retrocesso, concerne estritamente à eficácia subjetiva da coisa julgada proveniente da ação civil pública; mais precisamente busca circunscrever o limite subjetivo da coisa julgada vinculando-o à competência territorial do órgão prolator da decisão.

A rigor, não há por que se baralhar esse aspecto com as regras de determinação da competência funcional e territorial. Obviamente, são dois aspectos distintos e inconfundíveis: um, a amplitude subjetiva da coisa julgada produzida na ação civil pública, isto é, a quem afeta a decisão nela proferida; outro, a quem toca competência funcional e territorial de equacionar a lide de dimensão coletiva.

Bem a propósito, NÉLSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, discorrendo acerca da alteração legal em apreço, anotaram:

"(...) confundiram-se os limites subjetivos da coisa julgada erga omnes, isto é, quem são as pessoas atingidas pela autoridade da coisa julgada, com jurisdição e competência, que nada têm a ver com o tema." (in Código de Processo Civil Comentado, Ed. Revista dos Tribunais, 1997)

Igualmente RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO considera inarredável, no estudo da ação civil pública, distinguir os limites subjetivos da coisa julgada seara que melhor recepciona o problema em questão de outras categorias e institutos processuais, como a jurisdição, a competência, ou mesmo a organização judiciária (Ação Civil Pública). Igualmente RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO considera inarredável, no estudo da ação civil pública, distinguir os limites subjetivos da coisa julgada seara que melhor recepciona o problema em questão de outras categorias e institutos processuais, como a jurisdição, a competência, ou mesmo a organização judiciária (Ação Civil Pública, 5ª edição, Ed.

Revista dos Tribunais, págs. 206/209).

Em realidade, portanto, a inovação da Lei nº 9.494/97 não limitou ou alterou propriamente a competência funcional para a ação civil pública.

Insisto: o que se quis foi limitar a coisa julgada que dimana da ação civil pública, circunscrevendo as pessoas beneficiárias ou atingidas pela decisão àquelas situadas na base territorial do juízo prolator.

Poder-se-á objetar, então, qual terá sido o alcance da nova e malsinada redação do art. 16 da Lei nº 7.347/85.

A doutrina, com razão, não tem poupado críticas à infeliz inovação do legislador.

A professora ADA PELLEGRINI GRINOVER recorda que quando surgiu o efeito erga omnes na Ação Civil Pública, em 1985, a tendência do Judiciário foi a de limitar os efeitos da sentença, segundo critérios de competência territorial. Porém, num segundo momento, reconhecendo a verdadeira natureza da ação coletiva, o Judiciário passou a emprestar eficácia erga omnes ou ultra partes à decisão proferida na ação civil pública, transcendendo, assim, o âmbito territorial originário do órgão prolator.

Eis porque a ilustre processualista entende que a pretendida redução de eficácia da coisa julgada constitui retrocesso, reputando-a "na contramão da história".

Arremata ainda ADA PELLEGRINI GRINOVER aduzindo que a modificação produzida pelo Executivo "pecou pela incompetência" e revelou-se ineficaz, notadamente porque "o que determina o âmbito de abrangência da coisa julgada é o pedido e não a competência", de tal modo que "se o pedido é amplo (de âmbito nacional) não será por intermédio de tentativas de restrições da competência que o mesmo poderá ficar limitado" (in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado, Forense UniversitArremata ainda ADA PELLEGRINI GRINOVER aduzindo que a modificação produzida pelo Executivo "pecou pela incompetência" e revelou-se ineficaz, notadamente porque "o que determina o âmbito de abrangência da coisa julgada é o pedido e não a competência", de tal modo que "se o pedido é amplo (de âmbito nacional) não será por intermédio de tentativas de restrições da competência que o mesmo poderá ficar limitado" (in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado, Forense

Universitária, 5ª edição, páginas 717 e seguintes).

(...)

De sorte que se se der prevalência ao nunca assaz referido art. 16, isto importará, inexoravelmente, negar vigência ao apontado art. 93 do CDC, que também disciplina a ação civil pública.

Ante a contradição flagrante de normas concomitantemente reguladoras do instituto, no afã de encontrar-se harmonia e coerência entre tais normas, exsurge a seguinte e inafastável conclusão, em meu entender: é ineficaz, é inoperante a modificação introduzida pela Lei nº 9.494/97 porque contradiz o sistema de normas em que se acha insculpido o art. 16 e nega a própria natureza da ação civil pública. Ademais, a limitação territorial da eficácia da decisão prolatada na ação civil pública gera a balbúrdia.

Portanto, à interpretação literal, método indigente de hermenêutica, há que sobrepor a exegese lógica e sistemática.

Em suma, penso que:

- a) a competência funcional para instruir e julgar ação civil pública trabalhista, em qualquer caso, toca às Varas do Trabalho;
- b) quanto à competência territorial, entendo que cumpre tomar em conta a extensão do dano, pautando-se pela norma do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor.

Insta realçar que tal diretriz tem precedentes específicos no Eg. Tribunal Superior do Trabalho: ACP-652.115 /2000, DJ: 19-04-2002, Rel. Min. RONALDO JOSÉ LOPES LEAL; ACP-754.436/2001, DJ: 15-03-2002, Rel. Min. RONALDO JOSÉ LOPES LEAL; ROMS-458.254/1998, DJ: 10-08-2001, PG: 446; Rel. Min. JOÃO ORESTE DALAZEN; ACP-548.420/1999, DJ: 01-06-2001, PG: 472, Rel. Min. JOSÉ LUCIANO DE CASTILHO PEREIRA; ACP-492.235/1998, DJ: 07 05 1999, PG: 00061, Rel. Min. JOSE ALBERTO ROSSI; ACP-284.324/1996, DJ: 25-04-1997, PG: 15465, Rel. Min. JOSE LUIZ VASCONCELLOS; ACP-154.931/1994, DJ: 29-11-1996, PG: 47434, Rel. Min. RONALDO JOSÉ LOPES LEAL.?

(...)?

Pacificando de vez a questão, o C. TST, inclusive, editou a Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-II, verbis:

? Nº 130 AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. EXTENSÃO DO DANO CAUSADO OU A SER REPARADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 93 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DJ 04.05.04. Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito suprarregional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.?

Assim, correta a r. sentença primeira, não havendo falar-se em sua nulidade, ante a ocorrência de incompetência funcional.

Rejeito a preliminar.

2.2.2. DE INADEQUAÇÃO DO MEIO PROCESSUAL

Aduz a recorrente que não existe no presente caso violação a interesses ou direitos de ordem difusa, coletiva, ou mesmo individual homogênea.

Sustenta que a natureza da causa não se adapta ao procedimento da ação civil pública, pois esta somente é reservada para a defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor, do patrimônio público e de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos ou coletivos.

Traz informações doutrinárias acerca do que entende ser interesse coletivo e difuso e conclui que no presente caso é fácil verificar que inexistente o interesse difuso ou coletivo alegado pelo Ministério Público, porquanto, no seu entender, o interesse do grupo é jurídica e individualmente considerado, pois a condenação pretendida é aquela típica das relações institucionais e individuais de cada empregado, não sendo, pois a ação civil pública o meio processual adequado.

Razão não lhe assiste.

O primeiro texto legal a mencionar a expressão "ação civil pública" foi o art. 3º, III, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei complementar federal nº 40, de 13.12.81). Posteriormente a Lei 7.347/85 define a ação civil pública como a ação de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a valores culturais.

A Lei nº 7.347/85, com as alterações das Leis nº 8.078/90 e 8.884/94, ampliou a definição da ação civil pública como a ação de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração da ordem econômica e a qualquer outro interesse difuso e coletivo.

A Constituição Federal da República de 1988, por sua vez, conferiu à ação civil pública ao Ministério Público para defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III).

Atualmente, com fulcro no inc. III, do art. 83 da Lei Complementar nº 75/93, tanto a doutrina quanto a jurisprudência pátria são uníssonas quanto a ser cabível Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho quando os direitos trabalhistas difusos e coletivos, previstos em nosso ordenamento jurídico, forem violados ou estejam ameaçados de lesão.

Assim, cabe Ministério Público do Trabalho, consoante o disposto no art. 83, da Lei Complementar 75/83 promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas; promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos. Assim, cabe Ministério Público do Trabalho, consoante o disposto no art. 83, da Lei Complementar 75/83 promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas; promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

O jurista Aroldo Plínio Gonçalves, in " A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho" (Revista LTr 58-10-/1225-1229), assevera que o objetivo da ação civil pública na Justiça do Trabalho é a defesa do interesse coletivo que decorre da observância dos direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, ou seja, a própria ordem jurídica.

Ives Gandra, in "A importância da Ação Civil Pública no âmbito Trabalhista? <

www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_25/artigos/Art_MinistroIves.htm > define que ?

seriam interesses coletivos de natureza trabalhista quaisquer lesões genéricas e potenciais a toda a coletividade dos empregados de uma determinada empresa, em relação a quaisquer dos direitos trabalhistas constitucionalmente garantidos (CF, art. 7º; LC 75/93, art. 83, III).

Também o art. 81, parágrafo único, II, do CDC, define direitos coletivos como sendo aqueles "transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas, ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base".

Portanto, se um grupo, classe ou categorias de pessoas, ligadas com a parte contrária por uma relação jurídica base, estão sendo coagidos a se submeter a um meio ambiente inadequado relativamente às regras de proteção e segurança do trabalho, em prejuízo dos interesses e direitos sociais garantidos pela Carta Maior (higidez da saúde de todos os empregados em geral e dos empregados em particular que estão sofrendo diretamente os males causados pelas irregularidades) como Portanto, se um grupo, classe ou categorias de pessoas, ligadas com a parte contrária por uma relação jurídica base, estão sendo coagidos a se submeter a um meio ambiente inadequado relativamente às regras de proteção e segurança do trabalho, em prejuízo dos interesses e direitos sociais garantidos pela Carta Maior (higidez da saúde de todos os empregados em geral e dos empregados em particular que estão sofrendo diretamente os males causados pelas irregularidades) como in casu, em afronta à ordem jurídica vigente, legitima-se o ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 81, parágrafo único, inciso, II, do Código de Defesa do Consumidor.

Perfeitamente adequado, assim, o meio processual utilizado pelo Ministério Público do Trabalho, pois estamos diante da defesa de direitos essencialmente coletivos de índole trabalhista.

Rejeito a prefacial.

2.2.3. DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Aduz a reclamada, ainda, que deve ser revista e reformada a decisão recursanda no que tange à preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, porque, óbvio, no seu entender, corolário lógico da inexistência de interesses coletivo ou difuso, individual indisponível, homogêneo ou social e, conseqüentemente, da inadequação do meio processual, é, também, a ilegitimidade ativa ad causam e a total e mais cabal ausência de interesse de agir do Ministério Público do Trabalho para a propositura da ação civil pública no caso em baila.

Aduz, outrossim, que a qualificação conferida ao Ministério Público do Trabalho não alcança direito individual e que o direito coletivo é aquele que atinge a todos os que integram a coletividade, sem possibilidade de encampar apenas alguns empregados, como ocorre no caso sub judice.

Tece outras considerações e pugna pela reforma da r. sentença primeira, com acolhimento da preliminar, com extinção do processo sem resolução de mérito.

Razão não lhe assiste.

O douto Humberto Theodoro Júnior, leciona que a legitimidade pertence aos sujeitos da lide, isto é, aos titulares dos interesses em conflito. A legitimação ativa caberá ao titular do interesse afirmado na pretensão, e a passiva ao titular que se opõe ou resiste a pretensão.

In casuIn casu, todas as alegações apresentadas para considerar que a declaração de ilegitimidade é corolário lógico já foram rechaçadas nas preliminares anteriores, sendo certo dizer que a coletividade aqui defendida é a de empregados da reclamada e não dos moradores das redondezas do rio marinho.

Além disso, a legitimação ordinária do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação civil pública foi expressamente atribuída pela LC nº 75 de 20.05.1993.

A respeito do assunto o C. TST já se manifestou, verbis:

? Por sua vez, o art. 129 da Carta Magna estabelece, como função institucional do Ministério Público, promover ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. E, a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, atribuiu ao Ministério Público do Trabalho, expressamente, a legitimação ordinária para promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, "caput", e inc. III). Trata-se, na espécie, de direito coletivo de índole trabalhista, estando o Ministério Público do Trabalho legitimado à sua defesa por via da ação civil pública, que será proposta em Vara da Justiça do Trabalho (art. 2º da Lei nº 7347, de 24-7-1985 - LACP). Precedentes do TST e do STF.? (TST-RR-488.652/1998.6, DJ - 28/06/2002, Relator Ministro Waldir Oliveira da Costa)

Rejeito a preliminar.

2.2.4. DE NULIDADE EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA CONDICIONAL

A recorrente argúi preliminar nulidade, sob a alegação de que a r. sentença é condicional, pois delegou para o futuro, em especial para a fase de liquidação de sentença, que fixou seja por arbitramento, a verificação de eventuais irregularidades e, por consequência, a verificação de procedência ou não das alegações feitas pelo autor.

No entender da recorrente a sentença tem que ser certa, ainda quando decide relação jurídica condicionada, a teor do que dispõe o art. 460, parágrafo único, do CPC.

Aduz que o MM. Juízo a quo olvidou que o arbitramento na liquidação é apenas para apurar o valor (em dinheiro) da prestação devida e não para verificar se houve ou não descumprimento de NR's.

Em defesa a sua tese cita Wagner Giglio e conclui que se o Juízo, no momento processual de fixar seu convencimento, não estava certo se quanto a determinadas matérias havia irregularidades, não poderia remeter para a fase de liquidação do julgado o mister de apurá-las. Deveria, ao contrário, complementar a prova dentro de seu poder diretivo e, por meio de diligência, apurar detidamente os fatos alegados ou, não sendo possível esta, a diligência, julgar improcedente o pleito. Mas ao contrário, diante de total ausência de provas, decidiu que eventual irregularidade deveria ser verificada em fase de liquidação por arbitramento, mas desde já fixando uma condenação de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Sem razão a recorrente.

Nos moldes do parágrafo único do artigo 460 do CPC (?A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.?) é vedada a prolação de sentença condicional, mas não de sentença que reconhece obrigação certa, embora sujeita a condição. Essa é a hipótese dos autos.

No caso em apreço, há que se considerar que o objeto da demanda se refere ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em seguir a legislação de proteção e segurança do trabalho, assim como o pagamento de dano moral coletivo, ou seja, a r. sentença regula relação jurídica continuativa. Apenas a verificação do cumprimento das determinações foram remetida à fase de liquidação de sentença.

Aliás, o MM. Juízo a quo, em sede de embargos declaratórios, fls. 565, esclareceu tal circunstância, deixando claro que ?2) a liquidação por arbitramento visa precisamente verificar o cumprimento desses prazos e se, dentre eles, as providências necessárias ao cumprimento do comando sentencial foram adotadas, e de que modo.?

Na verdade o dano apontado restou registrado pela perícia técnica, o que se vai verificar em sede de liquidação é o seu acerto ou não.

Aliás, não se pode deixar de mencionar que a sentença proferida em ação civil pública em defesa de interesses difusos ou coletivos, conforme já deixou assentado o mestre Carlos Henrique Bezerra Leite, in ?Liquidação na Ação Civil Pública ? O Processo e a Efetividade dos Direitos Humanos ? Enfoques Cíveis e Trabalhistas?, Ed. LTr, 2004, p. 61, ?poderá ser genérica (= ilíquida) ou líquida. Sendo genérica, impõe-se a sua prévia liquidação, como um dos requisitos de validade do título executivo judicial.?

Especificamente no caso de obrigação de fazer, o mesmo autor, p. 119, esclarece que ?o inadimplemento da obrigação de fazer ou não fazer, constante da sentença condenatória em ação civil pública, poderá ensejar procedimento liquidatório, se houver, a teor do art. 84, § 1º, do CDC combinado com o art. 21 da LACP, necessidade de se apurar perdas e danos?.

Não há, pois, que se falar em ofensa ao parágrafo único do artigo 460 do CPC.

Rejeito a preliminar, pois não é nula a r. sentença.

2.3. MÉRITO

2.3.1. DAS VIOLAÇÕES AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO QUE DERAM ORIGEM À PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Aduz a recorrente que o fato de ter pago algumas penalidade impostas como resultado de fiscalização da DRT, sem o prolongamento do procedimento administrativo com a interposição de competente recurso não representa, à evidência, o reconhecimento por parte da empresa da responsabilidade que lhe fora imputada. Sendo assim, no seu entender, não procede o argumento sentencial no sentido de que houve reconhecimento das irregularidades apontadas na ocasião da lavratura dos referidos autos.

Relativamente aos EPI's, aduz a reclamada que não poderia a r. sentença

primeira delegar para a fase de liquidação de sentença a verificação do correto fornecimento dos mesmos e que se o magistrado de origem não tinha certeza do cumprimento pela ré dos dispositivos legais acerca de tal matéria deveria ter determinado a reabertura da instrução processual.

Faz várias considerações acerca do uso de máscara de fuga, que no seu entender, possui efeito apenas preventivo, na hipótese de eventual vazamento alegando que procede à aquisição para as suas ETA's de máscaras de respiração a ar comprimido, com unidade móvel de ar.

Quanto aos protetores auriculares esclarece que a ré sempre procedeu ao seu fornecimento aos funcionários em operação de atividades que demandam a sua utilização, restando insubsistentes as alegações ministeriais de que a empresa furta-se a tal medida.

Relativamente às luvas de isolamento elétrica defende a sua desnecessidade, pois seus funcionários não possuem contato direto com energia elétrica ou zonas de tensão, porquanto as subestações de tensão somente são operadas por funcionários autorizados da ESCELSA, sendo, pois desnecessário o seu fornecimento.

Relativamente aos compressores utilizados pela ré, aduz que estão enquadrados na categoria V do anexo 2 do item 13.10.3 da NR 13 e que referido enquadramento estabelece a imprescindibilidade da realização de teste hidrostático a cada 20 (vinte) anos, conduta esta integralmente observada pela empresa, sendo que o perito deixou de considerar que nos locais periciados, com exceção da ETA Carapina, há vasos de pressão novos e velhos, sendo que para os novos há plano de manutenção, mas ainda dentro do prazo de manutenção, por isso ainda não feitas as mesmas, e para os velhos está sendo contratada empresa especializada para criar prontuário e realizar os testes hidrostáticos.

No entender da ré, ante a que foi exposto, deve ser declarada nula a r. sentença quanto à matéria ?Inspeção de Segurança Periódica?.

Relativamente ao tratamento de resíduos, aduz que a r. sentença primeira calçou-se em premissa falsa ao considerar que não houve impugnação quanto às autuações referentes a tal matéria, tendo em vista que as referidas autuações foram devidamente impugnadas na íntegra.

Aduz que os resíduos líquidos não são tóxicos, nem contaminantes e são coletados e transportados através de tubulações, sendo retirados para fora dos limites da indústria e lançados em corpos coletores, e que os mesmos não trazem qualquer risco à saúde e à segurança dos empregados da empresa; que o trabalho da empresa é mecânico, não necessitando haver

qualquer contato com os agentes.

Alega, outrossim, que o procedimento é o mesmo utilizado na maioria das estações de tratamento de água no Brasil e no resto do mundo, sendo que não há notícia ou registro de quaisquer danos diretos ou indiretos à população e à flora e fauna aquática.

Afirma que o juízo de piso olvidou que a CESAN não é a única que lança dejetos no rio marinho, pois além dela, também as casas e demais indústrias dos Municípios de Vila Velha e Cariacica também o fazem.

Em sua defesa cita a Lei 11.445/2007 que prevê que os investimentos para tratamento dos efluentes gerados no processo de tratamento de água devem levar em consideração a adoção de soluções graduais e progressivas.

Sustenta que além disso, há que se considerar que a providência exigida é complexa e exige tempo para ser implementada.

Na hipótese de ser mantida a r. sentença primeira, requer a ré sejam observadas a idoneidade da empresa, a ausência de intencionalidade e também a ausência de prejuízo concreto aos empregados para efeito de redução do quantum indenizatório.

Relativamente às luvas, aduz que as mesmas já foram fornecidas e usadas pelos empregados da requerida.

No pertinente à insalubridade, aduz que a r. sentença é nula, pois condicional, devendo, pois ser reformada.

Alega que a r. sentença afirmou que a ré não cumpriu o dever normativo de revisão do PPRA, olvidando que a CESAN já implementou uma série de medidas como melhoria na iluminação, além de pagar o adicional no grau adequado, devendo, assim, ser reformada a r. sentença, no particular.

No pertinente aos riscos elétricos, ignorou a r. sentença, no seu entender, que a ré reparou a cerca que dá acesso à sub-estação da ETA de Santa Maria, reparou a cerca danificada que dá acesso ao pátio interno da ETA Caçaroca, que os bancos capacitores das ETAs de Santa Maria e Cobi são blindados e já estão cercados com correntes que impedem transposições de pedestres, enfim, uma série de providências, sendo que apenas os empregados da ESCELSA ou os funcionários da CESAN componentes da equipe eletro-mecânica possuem essa

autorização de acesso, dando conta que o acesso é absolutamente restrito e controlado, não sendo a interpretação feita pelo Juízo de piso a melhor, pois o objetivo da norma é proteger os leigos da área de risco e não impedir a sua entrada.

Quanto aos profissionais de segurança, afirma a ré que o Juízo de piso limitou-se a uma interpretação literal da NR, não sendo esta, no seu entender, a melhor, a mais indicada, pois de fato a chefia não é exercida por profissional com formação em segurança ou medicina do trabalho e, sim, por um administrador, o que não implica em nenhum prejuízo para os empregados. Além disso, o atual gestor faz curso de Técnico de Segurança do Trabalho, não havendo qualquer irregularidade quanto a tal profissional.

Razão, entretanto, não lhe assiste.

Esclareça-se, por oportuno, que não somente porque houve pagamento e não impugnação em face das autuações perpetradas das DRT que o magistrado de origem entendeu pelo reconhecimento das irregularidades, mas porque restou apurado, mediante perícia, que a ré continua descumprindo as normas de segurança do trabalho.

2.3.1.1 ? FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

No que toca aos EPI's, esclareça-se, mais uma vez, que não foi por incerteza da conduta da ré que o magistrado de origem delegou para a fase de liquidação de sentença a verificação do seu correto fornecimento, mas apenas para verificar se o seu descumprimento ainda permanecia.

As máscaras de fuga, conforme especificado pelo As máscaras de fuga, conforme especificado pelo expert às fls. 456, fazem-se necessárias para os operadores que esperam a troca de gás cloro para as situações de emergência, ou seja, durante o vazamento eventual do recipiente de cloro (gasoso), para se deslocarem até o equipamento de respiração autônoma, que fica instalado em local fechado e longe dos recipientes de cloro, para preservação do equipamento, conforme se verifica no auto de infração juntado às fls. 76. Conquanto na ocasião da realização da perícia tenha sido constatado que a ré havia adquirido as tais máscaras, certo é que foi registrado que até a data de 07.02.2007 as mesmas ainda não haviam sido distribuídas, razão pela qual entendeu o magistrado que a comprovação ficaria para a fase de liquidação. Não procede assim, a irresignação da ré. Frise-se, por oportuno, que se a determinação legal é a aquisição de tais máscaras, não pode a ré querer substituí-las com a aquisição de máscaras de respiração a ar comprimido, com unidade de

móvel de ar. A substituição de um equipamento por outro só por determinação legal.

Quanto ao protetores auriculares, a perícia esclareceu, fls. 460, que constatou, durante a inspeção no BOOSTER CIVIT I, que os operadores não dispõem de protetor auricular para atenuação da exposição a ruído intenso gerado pelos equipamentos de bombeamento da água de abastecimento naquela região, conforme registrado no auto de infração de fls. 75, sendo que na ocasião da perícia foi constatado que a operação no referido Booster foi parcialmente automatizada, porém, não registrou que já havia fornecimento de protetores auriculares, pelo que o magistrado delegou para a fase de liquidação a comprovação do seu efetivo fornecimento e correta utilização.

Quanto às luvas de isolamento elétrica, verifica-se que a ré diz em parte de seu voto que somente os empregados da Escelsa estão autorizados a operar a subestações, sendo que em seguida, fls. 603, em negrito e sublinhado, afirma que tantos os empregados da Escelsa, quanto funcionário da CESAN componentes da equipe eletro-mecânica possuem autorização de acesso.

De tudo se conclui que também os funcionários da ré expõem-se a risco, sem os devidos equipamentos de segurança.

No pertinente aos compressores utilizados pela ré, a alegação que os mesmos atendem aos requisitos de segurança a resposta do perito é no sentido de que somente a Estação de Carapina recebeu as inspeções periódicas necessárias, necessitando adotar igual medidas nas demais unidades (fls. 451).

Assim, verifica-se que neste ponto nenhuma razão tem a recorrente.

2.3.1.2 ? INSPEÇÃO DE SEGURANÇA PERIÓDICA

Como já salientado em linhas pretéritas, as inspeções realizadas não foram integrais quanto à todas as unidades, agindo com acerto a sentença que a apuração em sentença, porquanto, conforme já salientado no item 2.2.4 supra, não há qualquer nulidade na sentença.

2.3.1.3 ? TRATAMENTO DE RESÍDUOS

A Recorrente não nega que não realiza o tratamento de resíduos.

Sustenta, entretanto, que os resíduos não trazem risco à saúde pública e que o perito reconheceu não ter conhecimento técnico para exame da matéria.

De fato o perito sugeriu a nomeação de expert habilitado para análise desta questão, porém este fato não altera em nada o comportamento da Reclamada, que está obrigada a fazer o tratamento dos resíduos.

Aliás, isto é interesse de toda a sociedade e do meio ambiente.

2.3.1.4 ? INSALUBRIDADE

Também aqui não merece qualquer reparo a sentença, considerando que a perícia realizada constatou a existência de insalubridade, sendo que o Juízo de piso determinou a sua apuração em liquidação.

2.3.1.5 ? INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ? AUSÊNCIA DE RISCO

A sentença concluiu que a Recorrente apenas sinalizou a área de risco, sendo que as medidas adotadas ? instalação de correntes e reparos das cercas danificadas - não são medidas efetivas para impedir a transposição de pedestres.

A blindagem dos equipamentos de fato podem impedir o choque elétrico e o risco de morte, porém esta situação é válida apenas para algumas subestações.

O fato de a manutenção elétrica ser feita por pessoal especializado não afasta a obrigação de manter a segurança dos demais trabalhadores e daqueles que transitam eventualmente pelo local.

A conclusão da sentença tem amparo no laudo pericial (fls. 462), não merecendo, portanto, qualquer reparo.

2.3.1.6 ? PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Insiste a Recorrente que a chefia da equipe dos profissionais de segurança e saúde do trabalho não viola o SISMET, até porque no momento o mesmo está realizando curso técnico de segurança do trabalho.

É que a perícia apurou que embora a Recorrente mantivesse número suficientes de profissionais habilitados, a chefia era exercida por empregado que não tinha qualquer habilitação na área.

O argumento da Recorrente esbarra diretamente na regra do item 4.7 da NR-4, que exige que a chefia por profissional qualificado com os requisitos do item 4.4.1., não assistindo qualquer razão à recorrente.

Nego, portanto, provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou

procedente a ação civil pública.

2.3.2. DA MULTA DIÁRIA COMINATÓRIA

Caso mantidas as condenações nas obrigações de fazer insertas no comando sentencial, requer a redução da multa diária imposta no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia, pois além de aleatória, não representa um meio coercitivo e, sim, confisco.

Entende que a r. sentença fere o princípio da separação dos Poderes ao majorar uma multa já prevista em lei e que já foi aplicada em sede fiscalização, quando foram lavrados os autos de infração e cominadas multas administrativas, o que representa um bis in idem.

Pugna assim, pela sua exclusão, ou pela sua redução.

Não há falar-se em bis in idem, tendo em vista que as referidas cominações têm objetivos diversos.

As atribuições exercidas pelos fiscais da DRT são de caráter administrativo, não se confundindo, portanto, com a atuação do Poder Judiciário.

Acerca do tema Valentin Carrion leciona que, verbis:

“A fiscalização do trabalho visa, administrativamente, o cumprimento da legislação laboral, paralelamente à atuação judiciária, que ao compor os litígios é como a mão comprida do legislador (longa manu, na expressão de Bindo Galli). Os direitos do trabalhador estão protegidos em dois níveis distintos: a inspeção ou fiscalização do trabalho, de natureza administrativa, e a proteção judicial, através dos tribunais da Justiça do Trabalho (...). (CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo, Editora Saraiva, 2003, pág. 468).

O poder-dever de aplicar multa administrativa às empresas não cumpridoras da legislação trabalhista tem respaldo constitucional e legal.

A estipulada multa cominatória tem previsão no art. 461 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT, que visa o fiel cumprimento das obrigações de fazer.

Relativamente ao quantum, entendo como adequado o valor estipulado, tendo em vista a resistência no cumprimento das normas de proteção.

Nego provimento.

2.3.3. DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA

Aduz a reclamada que "sob o argumento de força executiva mandamental típica das sentenças condenatórias de obrigação de fazer", o Juízo a quo deferiu os pleitos iniciais sob a forma de antecipação dos efeitos da tutela.

Sustenta, ainda, que não estão presentes os pressupostos de concessão da tutela, razão pela qual entende deva a r. sentença primeira ser reformada neste particular.

Entende que as medidas vindicadas na peça vestibular não constituem providência acautelatória, mas tutelas tipicamente satisfativas, porquanto seu deferimento importa invariavelmente na antecipação dos efeitos da decisão de mérito, motivo pelo qual deve observar os requisitos legais concernentes à tutela antecipada e não meramente as condições autorizativas da concessão da mesma. Alega que a lei exige a prova inequívoca, e nunca uma situação imaginária e que poderá ser confirmada posteriormente, no ato de liquidação por arbitramento, como na presente hipótese.

Afirma que o pleito concernente à antecipação de tutela "imediato adimplemento de providência vindicadas na exordial" trata-se de questão relacionada umbilicalmente ao mérito da causa, com ele se confundindo, mormente quando se observa o caráter eminentemente técnico das matérias ora guerreadas, cuja elucidação depende, invariavelmente, da realização de prova pericial.

Tece outras considerações e conclui que não há prova inequívoca da verossimilhança das alegações autorais, ao contrário, as provas, no seu entender, indicam que a ré atende às NR's, mesmo aquelas que foram interpretadas erroneamente pelos agentes da fiscalização da DRT e que influenciaram o olhar do expert do juízo.

Alega, também, não estar presente o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Além de haver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Pugna, assim, pela reforma da r. sentença para que seja afastada a antecipação dos efeitos da tutela.

Não merece reforma a sentença.

O deferimento de medidas liminares constituem mera faculdade do juiz, tendo em vista a relevância do fundamento do pedido e a possibilidade de lesão grave irreparável do direito invocado.

Caracterizados tais pressupostos, fica a seu critério a concessão da medida, revogável por sua natureza, na eventualidade de a parte ex adversa colher elemento que modifique esse convencimento.

No caso em tela, vemos que se encontram presentes os requisitos necessários à concessão de medida liminar, na forma do art.12 da Lei 7347/85.6

A prova apresentada correspondente aos relatórios dos fiscais da DRT, bem como a prova pericial especificamente produzida para este processo foi inequívoca, no sentido de que a ré descumpre regras relativas à segurança e ao meio ambiente do trabalho.

O receio de dano irreparável é incontestável, pois a persistir as irregularidades perpetradas pela ré, a saúde dos trabalhadores pode ficar comprometida.

O perigo de irreversibilidade que se observa no presente caso é apenas do comprometimento da saúde dos empregados, em caso de demora no cumprimento da ordem judicial.

Não é demais lembrar que o art. 461 do CPC, aplicável ao processo laboral, permite a tutela antecipada nas obrigações de fazer.

Neste passo, entendo não vulnerar o direito subjetivo da ré a concessão da tutela específica (art. 461 do CPC) determinando o cumprimento de medidas de saúde e segurança no trabalho, tendo em vista a razoabilidade do direito subjetivo material do empregado, aliada ao objetivo de amparar o perigo de dano irreparável advindo do retardamento da solução definitiva da reclamatória.

Ainda que possua efeitos satisfativos do direito material substantivo, encontra-se integralmente albergada pela lei a concessão de tutela antecipada, de modo que não há falar-se em qualquer violação ao devido processo legal, ao princípio da legalidade e ao art. 729 da CLT. Ainda que possua efeitos satisfativos do direito material substantivo,

encontra-se integralmente albergada pela lei a concessão de tutela antecipada, de modo que não há falar-se em qualquer violação ao devido processo legal, ao princípio da legalidade e ao art. 729 da CLT.

Nesse sentido o seguinte julgado da SBDI-II do C. TST, verbis:

"... conferindo o legislador apenas efeito devolutivo ao recurso ordinário, não poderia, por coerência e lógica, restringir a execução provisória à execução por quantia certa, no processo trabalhista. Sob pena de tolher-se a eficácia de texto consolidado, se o recurso não tem efeito suspensivo, não há fugir à conclusão de que, qualquer que seja o comando emergente da sentença (obrigação de dar quantia certa, obrigação de fazer ou não fazer, ou obrigação de entregar coisa certa), sua eficácia pode fazer-se sentir para logo, em princípio." (TST ROMS 471.700/98.0 - Ac. SBDI2, 22.02.00. Min. João Orestes Dalazen).

Nego provimento.

2.3.4. DANO MORAL

Aduz a ré que não pode prosperar a sua condenação ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), pelas razões que aponta.

Razão não lhe assiste.

Conforme exaustivamente debatido restou claro que a ré não deu cumprimento a várias NR's da Portaria 3.214/78, mesmo após as inspeções da DRT, realizadas no ano de 2003 e 2004, com potencial agressivo à saúde dos empregados.

Pois bem. A violação das normas trabalhistas de medicina e segurança no trabalho, conforme brilhantemente discorreu o i. Mestre e Procurador do Trabalho da PRT/1ª Região, Dr. João Carlos Teixeira, verbis:

"...configura um dano ao meio ambiente de trabalho, sendo certo que a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança constitui-se em direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, nos exatos termos do inciso XXII do art. 7º da Magna Carta é obrigação do empregador, ex vi dos arts. 154 e seguintes da CLT. A violação dessas normas colocam em risco a vida, a

saúde e a integridade física dos trabalhadores, que também fazem parte do meio ambiente de trabalho, posto que a sua força de trabalho é um dos principais meios de produção, que se encontram à disposição e sob a direção do empregador.

A proteção à saúde se estende também ao meio ambiente de trabalho, conforme se verifica do disposto no art. 200, inciso VIII da Magna Carta:

“Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

“VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.”

Ademais, o descuido do meio ambiente de trabalho, mediante a violação das normas supracitadas, pode ainda caracterizar-se como infração penal, nos termos dos arts. 14 e 15 da Lei 6.938/81 e arts. 14 a 17 da Lei 7.802/89.

Concluiu, ainda, o i. Procurador que:

“..., para a caracterização do dano moral coletivo nesta hipótese, não é imprescindível que haja o efetivo dano à vida, à saúde ou à integridade física dos trabalhadores, basta que se verifique o desrespeito às normas trabalhistas de medicina e segurança do trabalho e o descuido das condições e serviços de higiene, saúde e segurança que integram o meio ambiente de trabalho, para sua configuração. Não se trata de reparação de dano hipotético, mas sim de se atribuir à reparação um caráter preventivo, pedagógico e punitivo, pela ação omissiva ou comissiva do empregador, que represente séria violação a esses valores coletivos (direita à vida, à saúde, à segurança no trabalho) e que possa advir em dano futuro, não experimentado ou potencializado, em razão do acentuado e grave risco de sua efetiva concretização, diante da concreta violação das supracitadas normas trabalhistas.

Ademais, no caso vertente, ao contrário do que alega a recorrente, de uma análise mais acurada dos danos causados pela mesma, constata-se que em sua conduta estão presentes todos os elementos caracterizadores do dano moral coletivo.

Vejamos:

1) conduta antijurídica (ação ou omissão) do agente:

Conforme já demonstrado, a empresa, ao contrário do que alega, não cumpria a legislação, ou seja, quando ocorreu o acidente supramencionado, ficou constatada, pelos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho, a violação a várias NR's.

- 2) que tal conduta seja de conteúdo significativo, ou seja, o fato que agride a coletividade deve ser de tal extensão que produza repulsa coletiva:

Ora, o fato significativo foi a ausência de proteção à vida humana, despertou um sentimento de agressão e desproteção a toda uma coletividade.

- 3) o fato deve ser irreversível, ou de difícil reparação:

Não há falar-se, como tenta fazer crer a reclamada, que tal elemento não está presente na medida em que a empresa passou a adotar algumas medidas de segurança, pois, a irreversibilidade no caso vertente é clara e dispensa qualquer argumento.

- 4) as consequências do fato devem atingir a coletividade, constituindo fator de instabilidade e rompimento de equilíbrio social e afetando sua qualidade de vida:

Tendo sido verificado o descumprimento das normas regulamentares, por óbvio que todos os trabalhadores foram sistematicamente atingidos pela conduta omissiva ou comissiva da empresa recorrente na não adoção de medidas de proteção à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho, o que, como já dito, gerou sentimento de agressão e desproteção a toda uma coletividade.

- 4) o nexo causal observado entre a conduta ofensiva e a lesão social ? efetiva ou potencial:

Diante de todo o contexto da presente ação, verifica-se que há uma correlação entre a conduta antijurídica da empresa demandada e a ocorrência de dano em potencial, que poderá gerar dano a toda uma coletividade.

Assim, é de se concluir que a ré, ao infringir normas de ordem pública, que regem a saúde, segurança, higiene e meio ambiente de trabalho violou

direito transindividual de ordem coletiva, sendo devida a indenização pelo dano moral coletivo (artigos 159 e 1518 do Código Civil então vigente, com correspondentes, respectivamente, nos artigos 186 e 942 do CC 2002).

Sebastião Geraldo de Oliveira, in "Proteção Jurídica à Saúde Do Trabalhador?", Ed. LTr, 1.996, pág. 76 esclarece que: "O ambiente de trabalho saudável é direito do trabalhador e dever do empregador. O empresário tem a prerrogativa da livre iniciativa, da escolha da atividade econômica e dos equipamentos de trabalho, mas correlatamente tem obrigação de manter o ambiente de trabalho saudável."

Maria Aparecida Alkimin, in "Assédio Moral na Relação de Emprego?", Ed. Juruá, 2ª tiragem, 2006, p. 48-49, esclarece que "para admitirmos uma conduta como assédio moral, ela deve ser apta a degradar o clima na organização do trabalho, e causar males à saúde psíquica da vítima, conduta essa considerada insuportável pelo homo medius, que seria aquele dotado de sensibilidade normal.

A conduta assediante é aquela capaz de romper com o equilíbrioA conduta assediante é aquela capaz de romper com o equilíbrio no meio ambiente de trabalho, afetando diretamente a qualidade de vida no trabalho e a satisfação do empregado, representando uma conduta antisocial e antiética, sendo contrária aos bons costumes e à boa-fé que deve nortear toda relação social ou jurídica.

O autor de uma conduta assediante viola a norma social denominada Moral, ou seja, aquela que tem origem na consciência de cada homem, representando um padrão de conduta aceito dentre a coletividade que vive em sociedade, e que corresponde ao bem e ao bom, para cuja transgressão não há sanção, apenas desaprovação, salvo se a violação coincidir com um dever-ser esculpido pelo Direito através da norma positiva.

Além de se tratar de conduta contrária à Moral, enquanto regra de conduta elementar para a convivência justa e pacífica na sociedade, sem dúvida, o assédio moral, como conduta anti-social contraria o ordenamento jurídico, pois viola o dever jurídico de tratamento com respeito à dignidade e personalidade de outrem.

Considerando o dano (pessoal, profissional e biológico) gerado pela conduta assediante, não paira dúvida de que se equipara ao ato ilícito, pois "praticado em desacordo com a ordem jurídica, violando direito subjetivo individual", e, segundo o Código Civil, "Aquele que, por ação ou omissão, voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

No que tange ao empregador que, sob argumento de legítimo exercício do poder de direção ou comando, acaba invadindo o território psíquico de seu subordinado, o art. 187 do mesmo Código Civil, apartes verbis, coloca que "Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

Considerando que a obrigação primeira do empregador em relação aos seus empregados é assegurar um ambiente de trabalho sadio rodeado de segurança e higiene deve cumprir, para tanto, as normas de medicina e segurança do trabalho.

Não o fazendo comete ato ilícito passível de reparação.

Irreparável a r. sentença primeira.

Nego provimento.

2.3.5. DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS

Caso mantida a condenação e danos morais, pugna a ré pela sua redução.

No entanto, quanto à quantificação do dano, deve-se observar a gravidade do ato culposos da reclamada, a situação econômica do devedor, dentre outros fatores.

No caso dos autos, restou comprovado que a ré mesmo após ser autuada não tomou todas as providências para que as NR's capituladas nos autos de infração fossem cumpridas em sua integralidade.

Assim, considerando o serviço de utilidade pública desempenhado pela ré, de vital importância para a população, o seu poder econômico e a gravidade da situação que ora se apresenta, o descaso com que considerou as autuações da DRT, além do dano em potencial a que estão sujeitos os seus empregados, entendo que o valor da indenização condizente com a situação, é exatamente aquele arbitrado pelo brilhante magistrado de primeiro grau, qual seja, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Nego provimento.

2.3.6. DA DESTINAÇÃO DO VALOR ATRIBUÍDO A TÍTULO DE DANOS MORAIS COLETIVOS ? análise de ofício

O magistrado de origem, atendendo ao pleito inicial de fls. 48, julgou

procedente o pedido de dano moral coletivo, tal como pretendido no item II.

No referido pedido consta ?condenar o réu a pagar indenização pelo dano moral coletivo, no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em prol da comunidade lesada, a ser revertido para o FAT ? Fundo de Amparo ao Trabalhador, na forma do artigo 13 da lei 7.347/85?.

O artigo 13 da mencion

ada norma legal, entretanto, determina que O artigo 13 da mencionada norma legal, entretanto, determina que ?havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.?

Como o bem a ser lesado com o descumprimento de normas relativas ao meio ambiente do trabalho é basicamente a saúde dos trabalhadores e considerando que esta é direito de todos e dever do Estado, conforme estabelecido na CF e considerando a precariedade do sistema de saúde pública e, ainda, que a finalidade social da indenização que é a reconstituição dos bens lesados, então, entendo, considerando que o fundo de que trata a lei ?fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade? não foi criado neste Estado da Federação, deva o valor da indenização ser revertido à Santa Casa de Vitória (Razão Social Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Entidade Beneficente sem Fins Lucrativos, localizada na Rua Dr. João Santos Neves, nº 143, Vila Rubim, CEP-29018-180, Vitória-ES, Telefone 3322-0074), assim como ao Hospital Infantil de Vitória, na proporção de quarenta por cento para cada um, sendo que tais instituições deverão prestar contas da destinação do valores recebidos ao Ministério Público do Trabalho, sendo que os 20% restantes deverão ser revertidos ao Hospital São Lucas.

Tal determinação tem precedente no TRT - 2ª Região - RO-01042.1999.255.00-5- Ac. 6ª T. n. 20070504380, 19.06.2007, Relator Juiz Valdir Florindo, publicado na Revista LTR, ano 71, Setembro/2007.

2.3.7. DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ? DANOS MORAIS

Por tratar-se de condenação relativa a danos morais, pugna sejam computados juros e correção monetária a partir da decisão que fixar a indenização.

Relativamente aos juros de mora e à correção monetária para o caso arbitramento de dano moral em valor certo, entendo que o termo inicial é a data em que esse valor foi fixado.

Nesse sentido é a jurisprudência do C. STJ, com a qual comungo, verbis :

"Fixada pela sentença a indenização em valor determinado, a correção monetária flui a partir da data em que prolatada a decisão, à consideração de que o quantum se encontrava atualizado naquele momento." (REsp 75076, Rel. Min. Barros Monteiro).

"Dano moral. Correção monetária. Precedente da Corte.

1. Na forma de precedente da Corte, a correção monetária em casos de responsabilidade civil tem seu termo inicial na data do evento danoso. Todavia, em se tratando de dano moral o termo inicial é, logicamente, a data em que o valor foi fixado?.

2. Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 204677/ES, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito).

Assim, os valores deferidos serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices aplicáveis aos créditos trabalhistas a partir da publicação da sentença, o mesmo ocorrendo em relação aos juros de mora, tendo em vista que, no arbitramento, levou-se em consideração as importâncias já atualizadas.

Dou provimento para determinar a incidência de juros e da correção monetária quanto ao dano moral a partir da prolação da r. sentença.

3. CONCLUSÃO

A C O R D A M os Juízes da 2ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, por unanimidade, conhecer do recurso e rejeitar as preliminares de incompetência da primeira instância trabalhista, inadequação do meio processual, ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, nulidade em decorrência de sentença condicional e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para determinar, ex officio, que a indenização por danos morais seja revertida para a Santa Casa de

Misericórdia na proporção de 40%, para o Hospital Infantil de Vitória, na proporção de 40% e para o Hospital São Lucas, na proporção de 20%, e determinar a incidência de juros e da correção monetária quanto ao dano moral a partir da prolação da r. sentença.

Vitória - ES, 17 de abril de 2008.

JUIZ LINO FARIA PETELINKAR
Relator